

Construindo caminhos decoloniais para o Bem Viver
Alternativas de ou alternativas ao desenvolvimento?¹
José de Souza Silva²

INTRODUÇÃO

Posso indicar sucintamente o que para mim constitui a essência da crise do nosso tempo [...]. A anarquia econômica da sociedade capitalista, tal como existe atualmente, é, na minha opinião, a verdadeira origem do mal. (EINSTEIN, 2012, p. 4).

O regime capitalista de acumulação [é] um sistema de valores, um modelo de existência, uma civilização, a civilização da desigualdade (Joseph Schumpeter, em ACOSTA, 2009, p. 15).

O *Bem Viver* é o horizonte utópico de *construtores de caminhos* comprometidos com a felicidade dos povos e a sustentabilidade de seus modos de vida. No século XXI, seguidores de caminhos são reféns de *alternativas de desenvolvimento*, caminhos para quem aspira ser desenvolvido (ser capitalista) que proliferam sem construir sociedades felizes nem modos de vida sustentáveis. A civilização ocidental está em crise porque seu paradigma de desenvolvimento (o capitalismo e seu *modus operandi*) não consegue sustentar a vida no Planeta, além de não cumprir as promessas de prosperidade, felicidade e paz para todos os povos. O desenvolvimento não tem solução para “problemas de desenvolvimento” (pobreza, fome) criados por suas contradições capitalistas, razão pela qual a humanidade necessita de alternativas ao —e não de— desenvolvimento. Como progresso = desenvolvimento = capitalismo, os caminhos ao **Bem Viver** são não capitalistas, são emancipatórios. Desde uma filosofia insurgente, trazemos um convite ético à prática da desobediência epistêmica como forma de ativismo político: (1) fazemos perguntas que problematizam mitos modernos, como progresso e desenvolvimento, contando sua história subalterna para demonstrar que foram criados para ocultar o capitalismo e a dicotomia superior-inferior que viabiliza sua expansão; (2) compartilhamos o conceito de **colonialidade** —do poder, do saber, do ser, da natureza— para ampliar nossa compreensão da crise do desenvolvimento e da emergência do **Bem Viver**, um paradigma alternativo ao *paradigma de desenvolvimento*, sustentado pela institucionalidade contra hegemônica de movimentos e organizações sociais; e (3) sugerimos perguntas e premissas decoloniais para a construção fecunda de caminhos ao *Bem Viver* no Semiárido Brasileiro, um processo —*intensivo de aprendizagem social e construções coletivas*— nutrido por cosmovisões de povos originários e seus saberes ancestrais, que constrói o ‘dia depois do desenvolvimento’, ou seja, o dia depois do capitalismo.

PROGRESSO = DESENVOLVIMENTO = CAPITALISMO **A educação descontextualizada e a aridez epistêmica**

A globalização em curso é...a culminação de um processo [institucional] que começou com a constituição da América e a do capitalismo colonial/moderno e euro-centrado como um novo

¹ Intervenção na *Mesa Redonda Aprendizagem Coletiva e Construção Social do Saber Local – Caminho do Bem Viver*, no *VII Workshop Nacional de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido*, realizado em Juazeiro-BA, de 30 de Agosto a 01 de Setembro de 2017.

² Agrônomo com Ph.D. em Sociologia da Ciência e Tecnologia. É Pesquisador da Embrapa, Campina Grande-PB, Especialista em inovação institucional e Investigador das relações entre a ciência, a tecnologia e a sociedade no processo de inovação. Desenvolve um experimento social com comunidades rurais para validar um caminho metodológico para a construção coletiva de Projetos de Vida Comunitários: *caminho ao Bem Viver rural comunitário* (jose.souza-silva@embrapa.br - josedesouzasilva@gmail.com).

padrão de poder mundial; um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial sob a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência...da dominação colonial e...permeia as dimensões importantes do poder mundial incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (QUIJANO, 2000, p. 2011).

Por que está em crise o paradigma de desenvolvimento? Porque fracassam todas as teorias e modelos alternativos de desenvolvimento concebidos pelo Norte imperial e impostos ao Sul global? Por que, depois de séculos de progresso e décadas de desenvolvimento, a humanidade segue mais desigual e o Planeta mais vulnerável? Por que, depois de séculos sendo “civilizada” por impérios europeus e décadas sendo “desenvolvida” pelos Estados Unidos, a América Latina é hoje a região mais desigual do mundo? Por que problemas de “subdesenvolvimento”, como pobreza e fome, não são superados com “mais desenvolvimento”? Por que o modelo de desenvolvimento dos Estados Unidos (o *American Way of Life*) não é sustentável? Por que proliferam adjetivos para qualificar o “desenvolvimento” (integral, participativo, endógeno, local, territorial, humano, sustentável)? Por que sacrificar-nos no altar do “desenvolvimento” se as promessas feitas em seu nome nunca são cumpridas? Por que, na Região Andina, emerge, para o mundo, o paradigma do *Bem Viver* como alternativa ao paradigma de desenvolvimento? Na atual crise civilizatória, que necessita a humanidade: alternativas de ou ao desenvolvimento? A hipótese histórica para construir respostas para essas e outras perguntas afins é que **progresso = desenvolvimento = capitalismo**. Porém, também no Semiárido Brasileiro, a descontextualização histórica da educação, com implicações para a comunicação, cooperação, pesquisa, em fim, para o processo de inovação, limita nossa percepção das conexões ocultas (CAPRA, 2002) que validam essa hipótese, e cria uma *aridez epistêmica pior que a aridez das terras* (SILVA, 2011), que limita nossa capacidade para emocionar-nos, apaixonar-nos e comprometer-nos com a construção de nossa felicidade coletiva e da sustentabilidade de nossos modos de vida comunitários. A pedagogia da resposta é a estratégia que nos reduz a meros receptores de valores, ideias, ideais, conceitos, teorias, modelos, paradigmas, forâneos, transformando-nos em seguidores do caminho único ao progresso —*colonização imperial*— e do caminho único ao desenvolvimento —*globalização neoliberal*—, ou seja, **o caminho único ao capitalismo**.

A ideia de progresso/desenvolvimento foi uma criação política-ideológica-epistêmica para ocultar institucionalmente o capitalismo e a dicotomia superior-inferior (*civilizados-primitivos, desenvolvidos-subdesenvolvidos*) que viabiliza sua expansão incontrolável. Com seu objetivo insano de produção infinita de riqueza material, em um Planeta finito, sob o critério de lucro máximo no curto prazo e a qualquer custo, seguindo a lógica inexorável da acumulação com concentração e por despossessão, criando violências, desigualdades e injustiças, o sistema capitalista é tão injusto que poderia não ser adotado na África, América Latina e Ásia (DUSSEL, 1993; KOVEL, 2007; SILVA, 2014a). Para não anunciar “está chegando o capitalismo”, pois teriam que explicar o que é esse monstro, impérios ocidentais criaram uma ideia sedutora que galvanizou mentes e conquistou corações de líderes de todas as geografias, religiões e ideologias: a “ideia de progresso” com suas irrecusáveis promessas de prosperidade, felicidade e paz para todos os povos. Como a humanidade desencantou-se com essa ideia, depois que sua ciência e tecnologias modernas participaram da “solução final” para a Questão Judaica, o Holocausto, e da bomba atômica, lançada em Hiroshima e Nagasaki, os Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, lançou a sedutora “ideia de desenvolvimento”, sob as mesmas promessas do progresso, ou seja, do capitalismo, e instaurou uma institucionalidade (rede de instituições) para sua gestão (BORÓN, 2002; DOWBOR, 2016).

Essa parte da história cultural e institucional do capitalismo não é contada pela educação descontextualizada concebida como **Escola da Ignorância**. Com sua falha de origem, a educação convencional —*neocolonial*— opera como *Escola da Ignorância*, como denuncia Jean-Claude Michéa. Ao promover o pensamento ocidental como pensamento único, a *Escola da Ignorância* finge ensinar-nos como funciona o mundo, fazendo justamente o contrário (MICHÉA, 2002). A educação descontextualizada foi concebida para entorpecer nossa imaginação e esterilizar o pensamento crítico, criativo, propositivo, reduzindo nossa capacidade para compreender o mundo em que vivemos e a partir de que momento a insurgência política contra esse mundo se converte em necessidade ética (SILVA, 2014b). Debilitando espíritos revolucionários e amputando nossa vontade de transformar o mundo —*para reencantar a vida* (SILVA, 2016)—, a educação colonial, descontextualizada, foi ordenada para o “progresso”, na colonização, e reordenada para o “desenvolvimento”, na globalização, para minar nossa rebeldia, para desistirmos de imaginar o mundo que queremos para mudar o mundo que temos. A Escola da Ignorância nos impede de aprender da vida, na vida, com a vida e para a vida, como propõe o *paradigma educativo de Abya Yala* (SARANGO-MACAS, 2014), constitutivo da **Escola da Sabedoria**, na qual prevalecem a interculturalidade crítica e a pedagogia decolonial, criando espaços pluriversos para o intercâmbio fecundo entre saberes outros, racionalidades outras, mundos outros.

A PERSPECTIVA DECOLONIAL E A CRISE CIVILIZATÓRIA **A colonialidade do poder, saber, ser, natureza, e a desobediência epistêmica**

É necessário [...] aceitar como princípio e ponto de partida o fato de que existe uma hierarquia de raças e civilizações, e que nós pertencemos à raça e à civilização superiores. A legitimação básica da conquista de povos nativos é a convicção de nossa superioridade, não apenas da superioridade mecânica, econômica e militar, mas também da nossa superioridade moral. Nossa dignidade...funda nosso direito de dirigir o resto da humanidade³.

O poder corporativo se tornou sistêmico, capturando, uma por uma, as diversas dimensões de expressão e exercício de poder, e gerando uma nova dinâmica, uma nova arquitetura do poder [institucional] realmente existente [...] A expansão dos lobbies, a compra dos políticos, a invasão do judiciário, o controle dos sistemas de informação da sociedade, a manipulação do ensino acadêmico e a invasão da privacidade representam alguns dos instrumentos mais importantes da captura do poder político geral pelas grandes corporações [que as permite a apropriação dos mesmos resultados das atividades econômicas, por meio do controle financeiro em poucas mãos (DOWBOR, 2016, p. 1, 5).

A história cultural da matriz institucional de uma sociedade consolida um conjunto de premissas —*verdades*— sobre a natureza e dinâmica da realidade; esse conjunto de verdades opera como uma lente cultural, visão de mundo, concepção de realidade que condiciona a natureza e dinâmica do modo de inovação —*modo de interpretação + modo de intervenção*— dominante (SILVA, 2016). Dentro de uma época histórica, a visão de mundo hegemônica influencia em maior ou menor grau a textura cultural das visões de mundo particulares de atores sociais, econômicos, políticos e institucionais de diferentes povos e sociedades. Globalmente, a institucionalidade do sistema capitalista (Banco

³ Jules Harmand, diplomata e administrador colonial francês, justificando a “missão civilizatória” dos impérios Europeus em 1910 (MAGNOLI, 2009, p. 28).

Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Nações Unidas) opera o processo institucional —*patriarcal, racial, epistemicida, etnocida, ecocida*— de reprodução das relações, significados e práticas que incidem transversalmente sobre o trabalho, natureza, sexo, subjetividade, autoridade (QUIJANO, 2000).

Diferente do **colonialismo** (ASSIS, 2014) —*padrão de dominação política, econômica, administrativa, na qual um povo subjuga a soberania de outros*— a **colonialidade** é conceituada por Aníbal Quijano como o padrão de poder criado pelo colonizador para controlar a subjetividade dos povos colonizados (QUIJANO, 2000), uma estrutura institucional de poder que atravessa o saber, o ser, a natureza. O projeto da modernidade ocidental começou com o capitalismo emergente no final do século XV, cuja expansão seria impossível sem a despossessão de territórios, usurpação de riquezas naturais e a erosão de culturas dos “povos conquistados”. Oculto na ideia de progresso / desenvolvimento, o capitalismo se expande para saciar sua fome insaciável de mercados cativos, matéria prima abundante, mão de obra barata, mentes obedientes e corpos disciplinados, enquanto viola o humano, o social, o cultural, o espiritual, o ecológico, o ético, em fim, a vida, desde 1492 (SILVA, 2014c). A face oculta dessa modernidade conquistadora —*capitalista, patriarcal, racial, etnocida, epistemicida, ecocida*— é a **colonialidade**, uma forma institucional-cultural na qual uns se veem superiores sobre outros:

- A **colonialidade do poder** (QUIJANO, 2000;) emergiu no contexto da colonização europeia na América (*Abya Yala*, para os povos originários) articulando o colonialismo imperial e a ciência ocidental, através da ideia de raça como instrumento de classificação e controle social, para o desenvolvimento do capitalismo mundial —*moderno/colonial/eurocêntrico*— como um modelo de distribuição, dominação e exploração da população mundial nos lugares e papéis da institucionalidade capitalista global do trabalho, onde prevalecem determinadas relações de classe, trabalho, gênero, sexualidade, autoridade. Na colonialidade do poder, a raça superior, constituída de homens brancos, cristãos, anglo-saxões, vivendo no clima temperado da Europa/Estados Unidos, tem direito à dominação; as demais raças, inferiores, têm a obrigação da obediência. Nessa hierarquia racial, abaixo dos brancos vêm os mestiços, ficando os índios e os negros nos últimos degraus da escada evolutiva, como identidades impostas, homogêneas, negativas. Sua expressão operativa é a dicotomia superior-inferior (*civilizados-primitivos, desenvolvidos-subdesenvolvidos*) que o sistema de Estados reproduz através de suas instituições de desenvolvimento, ou seja, instituições (internacionais, nacionais, regionais, estaduais, municipais, locais) ordenadas para o Capital em todos os campos: educação, comunicação, saúde, agricultura, inovação.
- A **colonialidade do saber** (MIGNOLO, 2003; LANDER, 2005) institui o Nortecentrismo como a ordem exclusiva da razão, conhecimento, pensamento. Surge do poder de nomear e classificar pela primeira vez, criar fronteiras, decidir quais conhecimentos e comportamentos são ou não legítimos e institucionalizar a visão de mundo do dominador, descartando e desqualificando a existên-

cia/viabilidade de outras racionalidades epistêmicas e outros conhecimentos que não sejam os de homens brancos europeus ou europeizados. O centro civilizador do mundo é a Europa/Estados Unidos, superior (*civilizado/desenvolvido*); o resto, inferior (*primitivo/subdesenvolvido*), é sua periferia e semiperiferia. Usando o campo do saber como dispositivo de dominação, a colonialidade ordena institucionalmente/culturalmente os marcos epistemológicos, acadêmicos, disciplinares, da universidade convencional. Sua expressão operativa é a violência epistêmica da geopolítica —*Nortecêntrica*— do saber que define ‘o relevante’ como algo que existe sempre em determinados idiomas, é criado sempre por determinados atores e nos chega sempre de determinados lugares, que nunca coincidem com nossos idiomas, atores e lugares.

- A **colonialidade do ser** (MALDONADO-TORRES, 2007) é a dimensão ontológica da colonialidade que se afirma na violência da negação do Outro. O Ser do Norte geográfico, superior, não inclui a experiência colonial do Sul geográfico, inferior. A modernidade se consolida como paradigma da conquista através de violências, desigualdades, destruições, injustiças, paradigma esse no qual o Outro é descartável, uma “coisa” a ser possuída, explorada, um objeto de domínio. Por sua cor e raízes ancestrais, esses seres ficam “marcados” pela inferiorização, subalternização, desumanização, pela não existência. A expressão operativa da colonialidade do ser é a violência ontológica calculada para destruir imaginários, identidades, sentidos, existências.
- A **colonialidade da natureza** (WALSH, 2007) descarta da esfera da existência a dimensão mágica da vida para facilitar a apropriação do mundo da vida biofísica e espiritual. Separa o ser humano da natureza para que esta seja reduzida a matéria inerte, observável, controlável, útil, objeto de dominação para sua exploração. A separação cartesiana cultura/natureza descarta a relação milenar entre humanos e não humanos, negando a premissa de que os humanos são parte da natureza, para eliminar e controlar significados, sentidos, modos de vida. Sua expressão operativa é a divisão binária natureza/sociedade para o controle e dominação da natureza (LEISS, 1972), para sua apropriação e exploração, através de sua redução a recursos naturais, capital natural, serviços ambientais, bio-negócios, enfim, economia verde. A economia verde não passa do novo disfarce do capitalismo travestido de desenvolvimento sustentável: o lobo —*o capital*— vestido da cor da ovelha —*a natureza*— que quer devorar (LANDER, 2011).

Em resumo, desde 1492, o dispositivo —*institucional-político-ideológico-epistêmico*— civilizatório —*Nortecêntrico*— é a razão moderna/ocidental/colonial exigida pelo capitalismo e sua expansão imparável. Em qualquer país, como o Brasil, e em qualquer território, como o Semiárido, é possível identificar práticas institucionais derivadas da colonialidade do poder, saber, ser, natureza, pois o Brasil e sua região semiárida integram o sistema-mundo, moderno/colonial, e são reféns de suas contradições históricas. Vejamos o exemplo da dicotomia superior-inferior (SILVA, 2006), que opera em todos os âmbitos da vida cotidiana do cidadão comum. Sob essa dicotomia, o Sul e o Sudeste são

desenvolvidos, superiores, enquanto o Norte e o Nordeste são subdesenvolvidos, inferiores; a cidade e o urbano, são modernos, superiores, enquanto o campo e o rural, são tradicionais, inferiores; o agronegócio é moderno, superior, enquanto a agricultura familiar é tradicional, inferior; o Big Data, promovido como ciência pelos ideólogos da agricultura de precisão (“agronegócio digital”), é superior, enquanto a Agroecologia, denunciada pelos ideólogos do agronegócio como não sendo uma ciência, é inferior; no Nordeste, o litoral e o agreste, “chuvosos”, são superiores, enquanto o Semiárido, “seco”, é inferior; no Semiárido, a agricultura irrigada, praticada em monocultivos com uso intensivo de capital, tecnologia, agrotóxicos, transgênicos, é moderna, superior, enquanto a agricultura de sequeiro, praticada em cultivos consorciados com baixa intensidade no uso de capital, tecnologia, agrotóxicos, transgênicos, é tradicional, inferior.

Portanto, frente à **colonialidade** do poder, saber, ser, natureza, a educação contextualizada necessita realizar a **decolonialidade** do poder, saber, ser, natureza, começando pela desconstrução cultural e descolonização epistemológica do pensamento vigente sobre a natureza e dinâmica do progresso/desenvolvimento no Semiárido. Nesse processo, a desobediência epistêmica é imprescindível (SILVA, 2008), porque quem não descoloniza seu pensamento não pode participar da descolonização da história, da economia, da educação, da saúde, da cooperação, da agricultura, no Semiárido Brasileiro. O cultivo da desobediência epistêmica —*como prática de ativismo político*— exige o cuidado na seleção de perguntas e premissas decoloniais facilitadoras do processo, algumas das quais são compartilhadas aqui, apenas como exemplos, como referências.

A CONSTRUÇÃO DECOLONIAL DO BEM VIVER

Caminhos coletivos de resistência, insurgência e transformação

A história do conhecimento está marcada geograficamente[...] Os conhecimentos [produzidos] na África, América Latina ou Ásia não são ... sustentáveis. O conhecimento, como a economia, está organizado em centros de poder e regiões subalternas... Não devemos pensar que o que vale como conhecimento está em certas línguas e chega de certos lugares. A geopolítica do conhecimento [impede] que o pensamento seja gerado em outras fontes [...] O pensamento crítico... deve ser um processo de descolonização intelectual [para] contribuir à descolonização de outras áreas, ética, econômica e política (MIGNOLO, 2003, p. 1, 2, 3, 23).

...o Bem Viver, como somatória de práticas vivenciais de resistência ao colonialismo e suas sequelas, ainda é um modo de vida em muitas comunidades indígenas, que não foram totalmente absorvidas pela Modernidade capitalista ou que resolveram manter-se à margem dela. O Bem Viver, na verdade, apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida (ACOSTA, 2015, p. 309, 310).

Não há como construir caminhos ao Bem Viver sem participar de sua concepção. O Bem Viver não é um paradigma tecnológico, mas biocêntrico/espiritual, um horizonte utópico para instigar nossa imaginação, para emocionar-nos, apaixonar-nos e comprometer-nos —*eticamente, politicamente, epistemologicamente*— com o futuro da vida no Planeta, com a convivência entre todos os seres vivos, humanos e não humanos, também do Semiárido Brasileiro. Como paradigma emergente, o Bem Viver é “uma oportunidade para imaginar outros mundos (ACOSTA, 2013). Somente imaginando outros mundos, onde prevaleça o Bem Viver, teremos critérios para imaginar caminhos para sua construção. Então, por enquanto, como paradigma alternativo ao paradigma de desenvolvimento, ou seja, alternativo ao paradigma capitalista da civilização ocidental, o Bem Viver nos permite imaginar *alternativas não capitalistas*, emancipatórias.

Teremos que imaginar outro modo de inovação, radicalmente diferente do modo clássico de inovação da ciência moderna (SILVA, 2017), para inspirar outro paradigma de gestão das relações entre a ciência, a tecnologia e a sociedade, para incluir no processo de inovação outros sujeitos com seus direitos, experiências, problemas, desafios, paixões, saberes, sonhos, histórias locais. Teremos que inovar nossa forma de inovar (ESCOBAR, 2005), o que será possível somente depois da desconstrução cultural e descolonização epistemológica do modo clássico —*positivista*— de inovação da ciência moderna, universal, mecânico e neutro, para construir outro modo de inovação, contextual, interativo e ético (SILVA, 2011). No Semiárido Brasileiro, para permitir a aprendizagem social e a construção coletiva de saberes locais, o processo de construção do Bem Viver será necessariamente intensivo de perguntas e premissas decoloniais, as parterais de **dois dos caminhos imprescindíveis para a construção do Bem Viver rural** na região: o *caminho da transição agroecológica* (SILVA, 2017) e o *caminho da convivência com a semiaridez* (SILVA, 2011a; OLIVEIRA, SILVA, 2016). Mas tudo começa com uma exploração do paradigma do Bem Viver. O que é o Bem Viver, por que está emergindo esse paradigma e quais são as premissas mais visíveis que inspiram sua concepção e orientam o processo de sua construção (DÁVALOS, 2008; ALAI, 2009, 2011; GUDYNAS, 2011; OLVEDO, 2011; ACOSTA, 2013, 2015; ?

Não existe o *Manual do Bem Viver: Dez passos para ser feliz e sustentável*. Não se trata de uma teoria nem de um modelo universal, alternativo, de desenvolvimento, mas de um paradigma alternativo ao desenvolvimento (ACOSTA, 2015; SILVA, 2014c). Essa emergência paradigmática não está atrelada às premissas da Modernidade capitalista (DUSSEL, 1993), fixas, que definem, entre outras premissas (verdades): (1) a meta universal para qualquer povo é “ser desenvolvido”; (2) existe um modo de vida superior, o desenvolvimento, que devemos aspirar e emular, e um modo de vida inferior, o subdesenvolvimento, que devemos rejeitar e superar; (3) o caminho do desenvolvimento é evolutivo e linear, no qual o subdesenvolvimento é seu estágio embrionário, seu ponto de partida; (4) só a maior eficiência, maior produtividade, maior competitividade, alcançadas com a adoção de inovações da tecnociência ocidental, garantem a realização das promessas de prosperidade, felicidade e paz para todos; (4) o desenvolvimento pleno é possível somente em sociedades onde prevalecem o liberalismo político (democracia representativa) e o liberalismo econômico (livre mercado). Ao contrário, o **Bem viver** é uma **filosofia de vida**, um **horizonte utópico**, uma fonte de inspiração ética, estética, espiritual, para a concepção de modos de vida outros: *outras formas coletivas de ser e sentir, pensar e agir, produzir e consumir, comunicar-se e relacionar-se, entre os humanos e entre os seres humanos e não humanos* (SILVA, 2017). O Bem Viver nos instiga a imaginar o mundo que queremos (ACOSTA, 2013), para transformar o mundo que temos, sob outros valores e princípios que nos guiam ao horizonte utópico da felicidade de todos os povos do mundo e da sustentabilidade de seus modos de vida.

Como a felicidade não se submete a um modelo universal, **não existe um, mas incontáveis caminhos ao Bem Viver, que têm algumas características comuns** (ALAI, 2009, 2011; GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO, 2011, 2013; SILVA, 2013, 2014c, 2017), entre elas: são caminhos não capitalistas, não patriarcais, não modernos/coloniais, não racionalistas, não mecanicistas, não tecnicistas, não economicistas, não etnocidas, não epistemicidas, não ecocidas, contra hegemônicos. São caminhos que o racismo, o individualismo, o egoísmo, a ga-

nância, a usura, a eficiência, a competição, o industrialismo, o desenvolvimentismo, o extrativismo, a acumulação com concentração e por despossessão, a pedagogia da resposta adotada por seguidores de caminhos, não conseguem construir. O comunitarismo, a solidariedade, a emoção, a paixão, o compromisso, o amor, a suficiência, a complementação, a reciprocidade, o cuidado com o Outro, a resistência, a insurgência, a autonomia, a soberania, a pedagogia da pergunta adotada por construtores de caminhos, estão entre os ingredientes para a construção de caminhos ao Bem Viver.

O sentido de sugerir perguntas e premissas decoloniais para facilitar a construção de caminhos para o Bem Viver reside no fato de que, por um lado, se queremos transformar uma realidade determinada não será com as respostas que já existem sobre ela, porque essas são constitutivas dessa mesma realidade insatisfatória que queremos compreender para transformar. Precisamos **negociar novas perguntas problematizadoras para construir novas respostas transformadoras**. Por outro lado, não se podem superar problemas complexos com as mesmas premissas (verdades culturais, históricas) constitutivas do modo de inovação (*modo de interpretação + modo de intervenção*) que os gerou. Precisamos realizar uma **desconstrução cultural**, ou seja, tornar visíveis as verdades culturalmente invisíveis que inspiram nossas decisões e orientam nossas ações, para, em seguida, realizar a **descolonização epistemológica** dessas verdades, para identificar quais são falsas, das quais devemos divorciar-nos porque foram “fabricadas” com a intenção de enganar-nos, quais são irrelevantes, das quais devemos igualmente divorciar-nos porque foram concebidas longe de nossa realidade e sem compromisso com nosso futuro, e quais continuam válidas, as quais devem continuar inspirando-nos e orientando-nos. Depois de eliminar as premissas falsas e as irrelevantes, precisamos conceber premissas (verdades) outras, comprometidas filosoficamente com o sentido dos caminhos que precisamos e devemos construir para avançar rumo ao fim desejado, ao horizonte utópico que nos emociona, apaixona e compromete, coletivamente, como, por exemplo, contribuir à construção do Bem Viver rural no Semiárido Brasileiro, ou seja, à construção de comunidades rurais felizes com modos de vida sustentáveis na região.

Perguntas decoloniais para a desobediência epistêmica

Gênero original: branco; Primeira raça: louro de frio úmido (Europeus); Segunda raça: vermelho cor de cobre (Americanos [indígenas]), de frio seco; Terceira raça: negra (Africanos) de calor seco; Quarta raça: amarelo cor de oliva (Índios [asiáticos]) de calor seco. Em países cálidos o ser humano amadurece primeiro, mas não alcança a perfeição das zonas temperadas. A humanidade existe em sua maior perfeição na raça branca. Os negros são inferiores, mas os mais inferiores são os povos americanos [indígenas]. Os...amarelos são os que têm menor talento⁴.

A formação profissional, a investigação, os textos que circulam, as revistas que se recebem, os lugares onde se realizam os pós-graduação, os regimes de avaliação e reconhecimento do pessoal acadêmico, tudo aponta à sistemática reprodução de uma visão do mundo desde as perspectivas hegemônicas do Norte (LANDER, 2005, p. 65).

São seis as *perguntas decoloniais essenciais* para descolonizar qualquer campo do conhecimento (SILVA, 2011b, 2014c, 2014d). Selecionando o **campo do desenvolvimento**, porque este oculta o capitalismo em qualquer campo do conhecimento, disfarçando-o com adjetivos (participativo, endógeno, local, territorial, humano, sustentável) que

⁴ Immanuel Kant em *Sobre as Variedades das Diferentes Raças de Homens* (SILVA et al., 2010, p.19; grifo nosso)

distraem nossa atenção para desviar-nos da causa profunda dos “problemas de desenvolvimento”, gerados por suas contradições capitalistas, as perguntas gerais são:

- Quem inventou as premissas (verdades) que sustentam a ideia de desenvolvimento, os marcos intelectuais dela derivados e a meta universal, homogênea, estabelecida para todos e qualquer povo do mundo, “ser desenvolvido”?
- Desde que lugar geográfico esses atores enunciaram suas verdades?
- Em que momento histórico essas verdades foram inventadas?
- Com que intenção política foram criadas essas verdades?
- Que processos institucionais transferiram essas verdades até nós?
- Que instituições continuam reproduzindo essas verdades entre nós?

O processo —*investigativo, reflexivo, interpretativo de descolonização do pensamento dominante*— para construir respostas, para essas e outras perguntas afins, deve ser realizado de forma coletiva, sob uma perspectiva decolonial, porque os adultos não se comprometem com as respostas que escutam, só com respostas das quais participam de sua construção. Como os adultos só mudam quando seu sistema de verdades entra em crise de legitimidade, torna-se imprescindível envolver o maior número possível de atores interessados nas respostas a esse tipo de pergunta, pois a melhor resposta é a que tem o maior número de seguidores. As respostas a essas perguntas geram critérios para, no caso do Semiárido Brasileiro (SILVA, 2011a), avaliarmos quais das verdades, que hoje inspiram a maioria de nossas decisões e orientam a maioria de nossas ações, em associação com a ideia de desenvolvimento, seus marcos intelectuais correspondentes e a meta “ser desenvolvido”, devem ser eliminadas, e quais devem continuar sendo cultivadas.

Se a finalidade do processo for construir outro pensamento, contra hegemônico, educadoras e educadores cultivando a educação contextualizada, devem realizar a desconstrução cultural e descolonização epistemológica de seu próprio pensamento, antes de facilitar esse processo junto aos educandos. Educadoras e educadores abandonarão a filosofia pedagógica de *mudar as “coisas” para mudar as pessoas*, e terão abraçado a filosofia pedagógica de *mudar as ‘pessoas’ que mudam as coisas* (SILVA, 2004, 2007; SILVA et al., 2005; ÁLVAREZ-GONZÁLEZ, 2005) construindo práticas pedagógicas para transformar modos de interpretação e intervenção. Considerando que as pessoas não olham para a realidade através de seus olhos, mas através de um conjunto de verdades —*culturais/históricas*— que lhe dizem o que é e como funciona a realidade, a forma mais apropriada para mudar a percepção dessas pessoas sobre sua realidade é convidando-as, envolvendo-as, para mobilizar sua emoção, paixão e compromisso, coletivos, para um processo pedagógico de revisão e transformação de seus modos de interpretação e intervenção, ou seja, para um processo emancipatório de seu pensamento em relação ao pensamento hegemônico. Que premissas outras seriam apropriadas para inspirar decisões e orientar ações dirigidas à transição agroecológica e à convivência com a semi-aridez, caminhos já em construção para o Bem Viver rural no Semiárido Brasileiro?

Premissas decoloniais para a desobediência epistêmica

Para Descartes, como para Newton, o universo material é como uma máquina na qual não há vida, nem *telos*, nem mensagem moral...só movimentos e coisas ensambladas que podem explicar-se de acordo com a disposição lógica de suas partes. Não só a natureza física, mas também os homens, as plantas, os animais são vistos como meros autômatos, regidos por uma lógica mecânica. Um homem enfermo equivale...a um relógio descomposto, e o grito de um animal ferido não significa mais do que o ruído de uma roda sem óleo lubrificante (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 82, 83).

Trata-se de revalorizar nossa condição humana na Terra, no momento em que nos encontramos vulneráveis, porquanto as ideias e o modelo de desenvolvimento que criaram a época [histórica do industrialismo] estão em crise irreversível. Hoje estamos experimentando uma nova maneira de interpretar e entender a vida. Este inovador conhecimento leva consigo a mudança...completa daquela velha visão da vida que separa os humanos do universo, ao [mesmo] que fratura o espírito da matéria...Somos parte da Terra, conformamos uma só unidade que nos obriga a ser, viver, compartilhar, comunicar e comungar com Ela, como seres vivos criadores e recriadores da vida (**Poema Galático**, Conta do tempo cultural maya: MATUL, 2012, p. 7, 8).

Falsas premissas inspiram falsas promessas e soluções inadequadas (SILVA, 1997). Por isso, necessitamos revisar e avaliar as premissas culturalmente invisíveis que inspiram a maioria das decisões e orientam a maioria das ações dirigidas ao “desenvolvimento” (capitalismo) no Semiárido Brasileiro. Uma premissa é uma verdade que não necessita ser demonstrada, expressada com um verbo no presente do indicativo; por exemplo: nada é mais importante que a vida. Uma premissa decolonial é uma verdade concebida com a intenção de inspirar e orientar a decolonialidade do poder, saber, ser, natureza. São premissas desse tipo que a educação contextualizada, nutrida pela pedagogia da pergunta, necessita reproduzir no processo permanente de desconstrução cultural/descolonização epistemológica da ideia de progresso/desenvolvimento, requisito para formar construtores de caminhos ao Bem Viver:

- Nada é anterior nem superior à vida, que é a origem, centro e fim de todo o pensar e agir humano. Portanto, entre duas ou mais opções em conflito, quando uma dessas opções é a vida, decide-se pela vida.
- O Bem Viver é a utopia não capitalista emergente de cosmovisões dos povos originários e seus saberes ancestrais. Nesse horizonte utópico, paradigmático, o fim para um povo ou comunidade é ser feliz com modos de vida sustentáveis.
- O Bem Viver floresce melhor em sociedades democráticas, onde a democracia é praticada todos os dias, através da sinergia emancipatória emergente da complementariedade entre as democracias representativa, participativa, deliberativa, comunitária. O Bem Viver é incompatível com o capitalismo; a construção de comunidades felizes com modos de vida comunitários sustentáveis exige a radicalização da democracia; as sociedades onde prevalecem o liberalismo político e econômico abortam a maioria das iniciativas de natureza emancipatória.
- A ideia de progresso/desenvolvimento oculta o capitalismo e a dicotomia superior-inferior que viabiliza sua expansão imparável e incontrolável. Não há superiores-inferiores; todos sempre fomos, somos e seremos apenas ‘diferentes’.

- Não é verdade que o relevante existe sempre em determinados idiomas, é criado sempre por determinados atores e nos chega sempre de determinados lugares, que nunca coincidem com nossos idiomas, atores e lugares. É sábio aprender inventando a partir do local, para não perecer imitando a partir do global.
- O desenvolvimento (capitalismo) não tem soluções para “problemas de desenvolvimento” (pobreza) criados por suas contradições capitalistas. Para melhorar a vida dos pobres, trabalha-se com eles; para erradicar a pobreza, trabalha-se com a riqueza; a pobreza é um produto do processo capitalista, assimétrico, desigual, de produção, acumulação, distribuição, acesso e apropriação da riqueza.
- A humanidade necessita de *alternativas ao desenvolvimento*, não capitalistas, e não de *alternativas de desenvolvimento*, capitalistas. Os adjetivos adicionados à palavra “desenvolvimento” —*participativo, integral, endógeno, local, territorial, humano, sustentável, solidário*— são dispositivos ideológicos que ocultam o capitalismo no substantivo “desenvolvimento”. Então, se desenvolvimento = capitalismo, o Semiárido necessita do **Bem Viver rural**, uma alternativa não capitalista, e não de desenvolvimento rural, uma alternativa capitalista.
- O mundo não é uma “máquina” nem um “mercado”, mas uma trama de relações, significados e práticas entre todas as formas e modos de vida humana e não humana, ou seja, uma *trama de vida* que estabelece a interdependência entre todas as espécies. Portanto, a **sustentabilidade** da vida é uma propriedade emergente da interação solidária entre todas as formas e modos de vida, ou seja, a **sustentabilidade** implica em cultivar as relações, significados e práticas que geram, sustentam e dão sentido à existência de todos os seres vivos e a sua convivência.
- O modo de “inovação para o desenvolvimento”, ou seja, para o capitalismo, está ordenado para o lucro; o Semiárido Brasileiro necessita de um modo de **‘inovação par o Bem Viver’**, orientado para a vida. Isso exige alguns giros paradigmáticos, por parte das instituições dos sistemas de educação, comunicação, cooperação, políticas públicas, em fim, de inovação, que atuam na região, como, por exemplo: (a) do paradigma científico clássico —*universal, mecânico e neutro*— da ciência moderna ao paradigma —*contextual, interativo e ético*— da ciência emergente da Agroecologia; (b) da filosofia de inovação de “mudar as coisas” para mudar as pessoas à filosofia de inovação de ‘mudar as pessoas’ que mudam as coisas, transformando as falsas *premissas positivistas* constitutivas de seus modos de interpretação e intervenção; (c) da sustentabilidade do desenvolvimento rural à sustentabilidade dos modos de vida rurais comunitários; (d) da produção, transferência e adoção à geração, intercâmbio e apropriação de inovações; (e) da produção, transferência e adoção ao diálogo de saberes para a geração de conhecimento; (f) da pesquisa e extensão positivistas à inovação construtivista; (g) dos modelos de *cooperação para o desenvolvimento*, que dão o “peixe” ou transferem o “anzol” (fórmula, receita), criando dependência absoluta, no primeiro caso, ou condicionando o tipo de peixe que será acessado, no segundo caso, à perspectiva da *cooperação para o Bem Viver*, que partilha a **‘arte de fazer anzóis’**, para que os talentos locais, que conhecem suas águas e seus peixes, ampliem sua autonomia conceitual, metodológica, para construir anzóis nos tamanhos e formas que suas necessidades e aspirações exigirem. Uma das conse-

quências desses giros paradigmáticos, se realizados sob a perspectiva decolonial, para, por exemplo, a geração de conhecimentos/ inovações para o Bem Viver, é:

- O *conhecimento* (localmente) *significativo* é interativamente gerado e socialmente apropriado no contexto de sua aplicação (dimensão prática) e implicações (dimensão ética).
- A *inovação* (localmente) *relevante* emerge de processos de interação social (intercâmbios) com a participação (diálogos de saberes) e o protagonismo dos atores sociais/econômicos/políticos/institucionais que a necessitam (dimensão prática) e serão por ela impactados (dimensão ética).

Esses são exemplos de perguntas e premissas decoloniais a partir das quais a educação, comunicação, cooperação, pesquisa, extensão, contextualizadas, podem realizar o giro decolonial rumo a um modo —*contextual, interativo e ético*— de ‘inovação para o Bem Viver’. Pensadoras e pensadores epistemologicamente desobedientes usarão sua imaginação, apoiada pelas Epistemologias do Sul (MENEZES; SANTOS, 2010) para construir outras perguntas e premissas decoloniais específicas para o campo do conhecimento vinculado a seus compromissos emancipatórios (SILVA, 2017a).

CONCLUSÃO

O Bem Viver começa no ‘dia depois do desenvolvimento’

A visão de mundo e o sistema de valores que estão na base de nossa cultura, e que devem ser cuidadosamente examinados, foram formulados em suas linhas essenciais nos séculos XVI e XVII. Entre 1500 e 1700, houve uma mudança drástica na maneira como as pessoas descreviam o mundo e em seu modo de pensar. Essa nova mentalidade e a nova percepção do cosmo propiciaram à nossa civilização ocidental aqueles aspectos que são característicos da era moderna. Eles se transformaram na base do paradigma que dominou nossa cultura nos últimos trezentos anos, e agora está prestes a mudar. (CAPRA, 1982, p. 49).

O problema do ‘modo clássico’ de inovação não é necessariamente sua origem europeia, mas sim o fato de que, sendo uma concepção particular desenvolvida desde um certo lugar, por certos atores e em certos idiomas, haja sido imposto a todos [os países] como o único possível para a inovação do desenvolvimento [...] Se o modo clássico—*eurocêntrico*—não resultou satisfatório para promover o bem-estar inclusivo, chegou a hora de inovar nossa forma de inovar (ESCOBAR, 2005, Prefácio, p. 18, 19).

Eram autóctones os construtores de caminhos ao Bem Viver em *Abya Yala*. Esses caminhos refletiam as cores, sabores, odores, sons, saberes, pulsações, dos modos de ser e sentir, pensar e fazer, produzir e consumir, comunicar-se e relacionar-se, entre os seres humanos e entre esses e os seres não humanos, dos povos originários desse continente. Desde 1492, caminhantes forasteiros destroem os antigos caminhos e forjam outros com as cores, sabores, odores, sons, saberes, pulsações, de suas violentas formas de ser e sentir, pensar e fazer, produzir e consumir, comunicarem-se e relacionarem-se, entre eles e com a natureza, criando desigualdades, injustiças, vulnerabilidades, constitutivas das contradições capitalistas ocultas na “ideia de progresso/desenvolvimento”. Para ser como os caminhantes forasteiros, os civilizados, durante o colonialismo imperial, e os desenvolvidos, no atual imperialismo sem colônias, nós, “inferiores”, nós somos mimeticamente educados como receptores de um pensamento subordinado ao conhecimento autorizado pelos forasteiros, “superiores”. Essa educação moderna/colonial, domesticada e domesticadora, descontextualizada, reduziu o ser humano e a natureza a matéria

controlável a serviço do capitalismo cujo expansionismo imparável exige acesso permanente a mercados cativos, matéria prima abundante, mão de obra barata, mentes obedientes e corpos disciplinados, enquanto sistemática e inescrupulosamente viola o humano, o social, o cultural, o espiritual, o ecológico, o ético.

Desde valores, interesses e compromissos patriarcais, raciais, etnocidas, epistemicidas, ecocidas, racionalistas, mecanicistas, utilitaristas, mercantilistas, da realidade, a civilização ocidental criou sua obra prima, a sociedade industrial capitalista, cujo modo de produção e consumo tem uma coerência economicista que não está em correspondência natural com os limites da *Pacha Mama* (Madre Terra). Por isso, segundo a *Red Nuevo Paradigma* para a inovação institucional na América Latina, a humanidade vive uma mudança de época histórica (SILVA et al., 2001, 2005) que nos faz a todos vulneráveis, do cidadão ao Planeta. A evidência mais contundente da insustentabilidade da sociedade industrial capitalista é que o *American Way of Life* (modo de vida americano) não é sustentável, porque sozinho consome 40% do total dos recursos naturais consumidos no mundo, nem assegura prosperidade, felicidade e paz para todos, nem sequer em seu próprio território: os Estados Unidos da América já são o país mais desigual —em distribuição de renda— entre os autodenominados desenvolvidos, sua sociedade é a campeã mundial de consumo de drogas, por não encontrar o sentido para sua existência como sociedade de consumo, e 65% de sua economia depende mais da guerra que da paz.

Se soubesse que o mundo acabaria amanhã, eu não dormiria hoje. Eu acompanharia os movimentos e as organizações sociais que já são construtores de caminhos ao Bem Viver rural no Semiárido Brasileiro. Nesse caminhar, eu atuaria como um semeador de indignação e esperança, as parteiras de ‘futuros’ relevantes para todas as formas e modos de vida humana e não humana na região. Eu lançaria sementes prenhes de indignação e esperança no leito fecundo da educação contextualizada, descolonizadora do pensamento dominante, para que germinassem em mentes críticas e corações solidários. Minha esperança floresce em corações solidários de mulheres e homens, de nossos ‘Sertões’, cujos saberes, desafios, experiências, resistências, insurgências, histórias, sonhos, locais, são imprescindíveis à construção de caminhos ao Bem Viver comunitário, porque ninguém pode ser feliz sozinho. Minha indignação só pode florescer nas mentes críticas de pensadoras e pensadores desobedientes de nosso Semiárido. Sem desobediência epistêmica praticada como ativismo político, continuaremos refêns dos marcos intelectuais derivados da “ideia de progresso/desenvolvimento”, ou seja, de marcos intelectuais concebidos para servir ao Capital. Uma tarefa tão urgente quanto relevante, para esses intelectuais, é a construção de marcos intelectuais ‘outros’, prenhes de saberes locais comprometidos com um modo de inovação ‘outro’, comprometido com a construção do **‘dia depois do desenvolvimento’**, ou seja, o dia depois do capitalismo no Semiárido Brasileiro, em processos intensivos de aprendizagem social nutrida por saberes —*científicos e populares*— localmente construídos. Do contrário, os povos da região continuarão refêns do modo de “inovação para o desenvolvimento”, que os sacrifica no falso altar do desenvolvimento, ou seja, na boca voraz do capitalismo neoliberal cujo *modus operandi* letal ameaça de extinção a vida na Terra. Até quando? A que custo?

BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA, A. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo: Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. *Política y Sociedad*, v. 52, n. 2, p. 299-330. 2015.
- ACOSTA, A. El Buen Vivir: Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos. Barcelona: Icaria. 2013. 190 p.
- ACOSTA, A. La indeseable pero inevitable crisis global. *Esbozos*, N° 4, Octubre, p. 7-20. 2009.
- ALAI (2011). *Sumak Kawsay: Recuperar el sentido de la vida*. AMÉRICA LATINA EN MOVIMIENTO, N° 452, febrero. 2011.
- ALAI. La Agonía de un Mito: ¿Cómo reformular el “desarrollo”? AMÉRICA LATINA EN MOVIMIENTO, N° 445, junio. 2009.
- ÁLVAREZ-GONZÁLEZ, F.J.; MATO, M.A.; SANTAMARÍA, J.G.; CHEAZ, J.; SILVA, J. de S. *El Arte de Cambiar las Personas que Cambian las Cosas: El cambio conceptual de las personas desde su contexto cambiante*. Quito, Ecuador: Red Nuevo Paradigma/IFPRI-Gráficas Silva. 2005.
- ASSIS, W.F.T. Do colonialismo à Colonialidade: Expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH (Salvador)*, v. 27, n. 72, Set/Dez, pp. 613-627. 2014.
- BORÓN, A. *La Estructura de la Dominación: De Bretton Woods al AMI*. Buenos Aires: CLACSO. 2002.
- CAPRA, F. *As Conexões Ocultas: Ciência para uma vida sustentável* (Tradução: Marcelo Brandão Cipolla). São Paulo: Editora Cultrix. 2002. 296 p.
- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix. 1982.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la Universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes, pp. 79-91, in: Santiago Castro-Gomez, Santiago e Ramón Gosfoguel (Eds) *El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre. 2007.
- DOWBOR, L. A captura do poder pelo sistema corporativo. América Latina en Movimiento. Disponível em: <<http://www.alainet.org/pt/print/178390>>. Acesso em: 27 jun. 2016.
- DUSSEL, E. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clausen. Petrópolis: Vozes, 1993. 196 p.

DOMENACH, J.-M. “Crisis del Desarrollo, Crisis de la Racionalidad”, In: J. ATTALI; C. CASTORIADIS; J.-M. DOMENACH; P. MASSÉ; y E. MORIN. El Mito Del Desarrollo. Barcelona: Kairós. 1980.

EINSTEIN, Albert. Por qué o Socialismo? (Para a História do Socialismo - Documentos: www.hist-socialismo.net). Original: <http://www.monthlyreview.org/598einstein.php> [1949] 2012.

ESCOBAR, A. Por qué innovar nuestra forma de innovar? In: SILVA, J. de S.; CHEAZ, J.; SANTAMARÍA, J.; BODE, M. A. M.; LIMA, S. V.; CASTRO, A. M. G. de; SALAZAR, L.; MAESTREY, A.; RODRÍGUEZ, N.; SAMBONINO, P.; ÁLVAREZ-GONZÁLEZ, F. J. La innovación de la innovación institucional: de lo universal, mecánico y neutral a lo contextual, interactivo y ético desde una perspectiva latinoamericana. Quito: Red Nuevo Paradigma, 2005. p. 17-19. 2005. Prefacio.

DÁVALOS, P. “Reflexiones sobre el *sumak kawsay* (buen vivir) y las teorías del desarrollo. ALAI – AMÉRICA LATINA EN MOVIMIENTO, 5 de agosto, en www.alainet.org/active. 2008.

GUDYNAS, E. Buen Vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en Movimiento*, 462, febrero, pp. 1-20. 2011.

GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. Alternativas al Capitalismo / Colonialismo del Siglo XXI. Quito: Fundación Rosa Luxemburg / Editorial Abya Yala. 2013.

GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. Más allá del desarrollo. Quito: Fundación Rosa Luxemburg / Editorial Abya Yala. 2011.

KOVEL, J. The Enemy of Nature: The end of capitalism of the end of the world? Nueva York: Zed. 2002.

LANDER, E. El lobo se viste con piel de cordero. In: AMÉRICA LATINA EN MOVIMIENTO El Cuento de la economía verde. Año XXXV, II época, Sep.-Oct., n. 468-469. p. 1-6. 2011.

LANDER, Edgardo (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO. 2005.

LEISS, W. The Domination of Nature. New York: George Braziller. 1972. 242 p.

MAGNOLI, D. Uma gota de sangue: A história do pensamento racial. São Paulo: Contexto. 2009.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto, pp. 127-168; In: Santiago Castro-Gomez y Ramón Gosfoguel (Eds) *El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre. 2007.

MATUL, D. *Poema Galáctico: Cuenta del tiempo cultural maya*. Guatemala: Ministerio de Cultura y Deporte / Editorial Cultura. 2012.

MICHÉA, J.-C. *La escuela de la ignorancia y sus condiciones modernas* (Traductora: Isabele Marc Martínez). Madrid: Ediciones Acuarela. 2002. 36 p.

MIGNOLO, W. Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder (Entrevistado por Catherine Walsh). *Revista On-Line de la Universidad Bolivariana de Chile*, Vol. 1 (4). 2003.

PANELAS, O.; SILVA, J. De S. *Nossa Terra, Nossa Gente: Manifesto poético da convivência com a semiaridez*. Campina Grande-PB: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Paraibano.

OVIEDO FREIRE, Atawallpa. *¿Qué es el Sumak Kawsay? Más allá del socialismo y capitalismo*, Quito. 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, Vol XI, Nº 2, Summer/Fall, pp. 342-386. 2000.

SANTOS, B.S.; MENEZES, M.P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez. 2010. 637 p.

SILVA, J. de S. Agroecologia e a ética da inovação na agricultura. *REDES* (Universidade de Santa Cruz do Sul), v. 22, n. 2, maio-agosto, p. 352-373. 2017.

SILVA, J. de S. Prefácio: A dimensão institucional do paradigma cultural, pp. 13-26. In: Edmerson dos Santos Reis (Ed) (2016) *O Paradigma Cultural: Interfaces e conexões*. Curitiba, Brasil: Editora CRV. 2016a.

SILVA, J. de S. Descolonizar o mundo para reencantar a vida, p. 7-13. In: Hugo Chávez Chávez, *la batalla por la conciencia: Pensamientos del Gigante del Sur para promover ciência, tecnologia, felicidade y dignidade*. Caracas: Fonacit. 2016b.

SILVA, J. de S. O poder da ciência, a ciência do poder e o futuro da questão alimentar. *Reforma Agrária*, v. 01, n. 1, p. 79-102. 2014a.

SILVA, J. de S. O dia depois do desenvolvimento: Giro filosófico para a construção de uma agricultura familiar agroecológica. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 401-420. 2014b.

SILVA, J. de S. La crisis global de la ‘innovación para el desarrollo’. Del positivismo al constructivismo para construir modos de vida localmente sostenibles. *Revista Cubana de Ciencia Agrícola*, v. 48, n. 1, p. 11-15. 2014.

SILVA, J. de S. La escuela de la ignorância y la escuela de la sabiduría. In: SARANGO-MACAS, L.F. El Paradigma Educativo de Abya Yala: Continuidad histórica, avances y desafíos. Managua: URACCAN. 2014. 93 p. Prólogo. 2014c.

SILVA, J. de S. La pedagogía de la felicidad en una educación para la vida. El paradigma del ‘buen vivir’ / ‘vivir bien’ y la construcción pedagógica del ‘día después del desarrollo’. In: Catherine Walsh (Ed) *Pedagogías Decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Ediciones Abya Yala, v. 1, p. 469-507. 2013.

SILVA, J. de S. A inovação da inovação na pesquisa agropecuária. *Cadernos de Ciência & Tecnologia* (Brasília), Vol. 28, No. 2, maio-agosto 2011, p. 635-649. 2011a.

SILVA, J. de S. Aridez mental, problema maior: Contextualizar a educação para construir o ‘día depois do desenvolvimento’ no Semiárido Brasileiro. Documento apresentado no Painel “Educação Contextualizada para a Convivência com o Semi-Árido Brasileiro”, do I Seminário Nacional sobre Educação Contextualizada para a Convivência com o Semi-Árido, em Campina Grande-PB, de 31 de Maio a 02 de Junho de 2010.

SILVA, J. de S. Desobediencia epistémica desde Abya Yala: Tiempos de descolonización y reconstrucción en el pensamiento social latinoamericano, pp. 25-48. In: Patricio Cardoso Ruiz, Elsa González Moscoso y Ana Cecilia Salazar Vintimilla (Coordinadores) *Pensamiento Social Latinoamericano: Perspectivas para el Siglo XXI – Tomo-II*. México: Universidad de Cuenca, Universidad Autónoma del Estado de México, Universidad Nacional Autónoma de México, Consejo Nacional de Educación Superior del Ecuador (CONESUP). 2010.

SILVA, J. de S. El arte de cambiar las personas que cambian las cosas. Documento presentado no “II Congreso Internacional de Formación Emprendedora”, realizado em Quito, Equador, 17-19 de maio de 2007, e organizado por la Universidad Tecnológica América (UNITA). 2007a.

SILVA, J. de S. Descolonizando la dicotomía del superior-inferior en la “idea de desarrollo”: De lo universal, mecánico y neutral a lo contextual, interactivo y ético. Conferencia magistral presentada en el Primer Congreso Internacional “Universidad, Desarrollo y Cooperación, en Cuenca, Ecuador, 25-27 de abril de 2007. 2007b.

SILVA, J. de S. Transferir Tecnología para Establecer Hegemonía: La ‘dicotomía superior-inferior’ en la ‘idea de desarrollo’ de la agricultura tropical desde 1492, pp. 180-220. In: Mario Yapu (Editor) *Modernidad y Pensamiento Decolonizador: Memorias del Seminario Internacional*. La Paz: Universidad para la Investigación Estratégica en Bolivia (U-PIEB). 2006.

SILVA, J. de S. A mudança de Época e o Contexto Global Cambiante: Implicações para a mudança institucional em organizações de desenvolvimento, pp. 65-110, en Suzana Valle Lima (Ed) Mudança Organizacional: Teoria e Gestão. Brasília, Brasil: Fundação Getúlio Vargas (FGV). 2004. 347 p.

SILVA, J. de S.; CHEAZ, Juan; SANTAMARÍA, J; MATO, M. A.; LIMA, S. V.; CASTRO, A. M. G.; SALAZAR, L.; MAESTREY, A.; ROFRÍGUEZ, N.; SAMBONINO, P.; y ÁLVAREZ-GONZÁLEZ, F. J. *La Innovación de la Innovación Institucional: De lo universal, mecánico y neutral a lo contextual, interactivo y ético*. Quito: Artes Gráficas SILVA. 2005.

SILVA, J. De S.; CHEAZ, J.; CALDERÓN-ROMERO, J. *La cuestión institucional: de la vulnerabilidad a la sostenibilidad institucional en el contexto del cambio de época*. Serie "Innovación para la Sostenibilidad Institucional". San José, Costa Rica: Proyecto ISNAR "Nuevo Paradigma". 2001.

WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *Revista Nómada*, Abril, No. 26, pp. 102-113. 2007.